

Ourinvest Participações S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022

Balancos Patrimoniais
 Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de

ATIVO	Nota Explicativa	2023	2022	PASSIVO	Nota Explicativa	2023	2022
Circulante		8.702	14.209	Circulante		411	483
Disponibilidades	4	33	133	Obrigações por empréstimos	9	-	1
Tít. Vals. Mob. e Instr. Fin. Deriv.	5	2.977	4.098	Outras obrigações		411	482
Outros créditos	6	5.692	9.978				
				Patrimônio líquido	10	8.998	18.381
Não Circulante		707	4.655	Capital social		7.621	17.621
Tít. Vals. Mob. e Instr. Fin. Deriv.	5	-	3.928	Reservas de lucros		1.377	760
Investimentos	7	415	375				
Participações em coligadas e controladas - país		415	375				
Imobilizado de uso	8	292	352				
Total		9.409	18.864	Total		9.409	18.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados
 Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

[Em milhares de Reais]

Descrição	Nota	2023	2022
Receitas de participações		408	467
Equivalência patrimonial positiva	7	31	82
Rendas de contrato mútuo / cessão de crédito		377	385
Ramuneração sobre capital próprio		-	-
Despesas de participações		(4)	(253)
Equivalência patrimonial negativa	7	(4)	(248)
Despesas de empréstimos	9a	-	(5)
Resultado bruto		403	214
Despesas / Receitas Operacionais		144	(5.465)
Despesas gerais e administrativas		(1.304)	(3.874)
Despesas de pessoal / Pro-labore		(413)	(1.468)
Despesas tributárias		(232)	(467)
Outras receitas operacionais		2.160	422
Outras despesas operacionais		-	(4)
Participações no Lucro		(68)	(74)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		548	(5.251)
Resultado financeiro		425	5.565
Receita com títulos e valores mobiliários		1.202	6.462
Despesa com títulos e valores mobiliários		(777)	(897)
Resultado não operacional		-	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		973	314
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	11	(201)	(97)
Imposto de renda		(141)	(65)
Contribuição social		(60)	(32)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		772	217
(Prejuízo) Lucro por ação - (Reais / Ação)		0,0373	0,0105
Quantidade de ações		20.680.290	20.680.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

OURINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 65.392.771/0001-17
Av. Paulista, 1728 - 1º andar - São Paulo - SP - CEP: 01310-919

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	772	217
Resultado Abrangente	<u><u>772</u></u>	<u><u>217</u></u>
Quantidade de ações	20.680.290	20.680.290
(Prejuízo) Lucro por ação (Reais/Ação)	0,0373	0,0105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

OURINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.
 CNPJ nº 65.392.771/0001-17
 Av. Paulista, 1728 - 1º andar - São Paulo - SP - CEP: 01310-919

Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido
 Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

		Reservas de lucros			Lucros/(Prejuízos)	
	Nota	Capital Social	Reserva legal	Reserva Especial	Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023	10	17.621	605	155	0	18.381
Redu�o de capital (Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(10.000)	-	-	-	(10.000)
		-	-	-	772	772
Reserva especial de lucros		-	-	733	(733)	-
Reserva legal		-	39	-	(39)	-
Distribui�o de dividendos		-	-	(155)	-	(155)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10	7.621	644	733	(0)	8.998
Saldos em 01 de janeiro de 2022	10	57.621	594	0	0	58.215
Redu�o de capital (Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(40.000)	-	-	-	(40.000)
		-	-	-	217	217
Compensac�o com reservas de lucros: Reserva especial de lucros		-	-	-	-	-
Reserva especial de lucros		-	-	155	(155)	-
Reserva legal		-	11	-	(11)	-
Distribui�o de dividendos		-	-	-	(51)	(51)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10	17.621	605	155	-	18.381

As notas explicativas são parte integrantes das demonstra es financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa
 Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

	Nota	2023	2022
Atividades Operacionais			
(Prejuízo) Lucro líquido antes do IRPJ e Contribuição Social		973	314
Ajustes ao lucro líquido		(188)	95
Imposto de Renda e Contribuição Social		(201)	(97)
Depreciação e amortização		40	26
Resultado de participações em controladas		(27)	166
Variações em ativos e passivos		9.264	39.924
Diminuição / (Aumento) em títulos e valores mobiliários		5.049	44.977
(Aumento) / Diminuição em outros créditos		4.287	(5.025)
Diminuição / (Aumento) em outros valores e bens		-	-
(Diminuição) / Aumento em obrigações pl empréstimos país		(1)	1
(Diminuição) / Aumento em outras obrigações		(71)	(23)
Caixa líquido originado / (aplicado) em atividades operacionais		10.048	40.333
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos		6	(225)
Atividades de investimentos			
Imobilizado de uso		19	(245)
Intangível		-	-
Investimentos		(13)	20
Caixa proveniente / aplicado nas atividades de financiamento		(10.155)	(40.051)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Redução de Capital		(10.155)	(40.000)
Distribuição de dividendos		-	(51)
Aumento / (Diminuição) líquido do caixa e equivalentes de caixa		(100)	57
Modificações na posição financeira			
Início do exercício		133	76
Fim do exercício	4	33	133
Aumento / (Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		(100)	57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



OURINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ourinvest Participações S.A. (“Companhia”) tem como *objeto* social a participação em empreendimentos imobiliários; participação em outras sociedades; e exploração de concessão de serviços públicos e desenvolvimento de projetos de engenharia civil em rodovias.

A Companhia tem suas atividades vinculadas diretamente ao mercado financeiro, atuando i) em investimentos, câmbio, créditos e financiamentos; ii) na participação, na incorporação e na administração de empreendimentos imobiliários; na compra e venda e na locação de imóveis; e na participação em outras sociedades.

As demonstrações financeiras elaboradas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Diretoria em 17 de abril de 2024.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo:

2.1. *Base de Preparação*

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Nas demonstrações financeiras as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

2.2. Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e julgamentos são avaliados em base contínua, e consideram a experiência passada e outros fatores.

3.2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência.

b) Transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Os ativos e passivos que são itens monetários, são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do exercício.

c) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia define como caixa e equivalentes de caixa, as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no balanço patrimonial na rubrica

Disponibilidades), e aplicações no mercado aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na nota 4.

d) Aplicações em depósitos interfinanceiros

A Companhia apresenta suas aplicações de depósitos interfinanceiros em seu balanço patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na nota 4.

e) Instrumentos financeiros

De acordo com o CPC 38 – “Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração”, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os instrumentos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – mantidos para negociação;
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – designados a valor justo;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ativos financeiros empréstimos e recebíveis;
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para quais os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos.

A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

I. Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente ou ativa designada pela entidade, no reconhecimento

inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os derivativos também são classificados como mantidos para negociação exceto quando designados e efetivos como instrumentos de hedge contábil. Os ativos dessa categoria mantidos para negociação são classificados como ativos circulantes. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são representados na demonstração do resultado em resultado financeiro.

II. Ativos financeiros disponíveis para a venda

Os ativos financeiros disponíveis para a venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para a venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra patrimônio líquido, na conta de ajuste de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perdas em seu valor recuperável (impairment). São reconhecidos pelos valores de realização, incluindo os rendimentos, e quando aplicável estão ajustados por provisão para redução ao valor de mercado. Os títulos de renda fixa estão custodiados em Instituições Financeiras.

III. Derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivo quando é negativo. Derivativos podem ser designados ou qualificados como instrumento de hedge para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item objeto de hedge o método de reconhecer os ganhos ou perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, e que atendem aos critérios do CPC 38 são contabilizados como hedge contábil.

IV. Hedge de fluxo de caixa

Para os derivativos se são qualificados e são designados como hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou perdas do

derivativo é registrada na Demonstração do Resultado Abrangente – Hedge de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por hedge afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva, ou os componentes de hedge excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado.

Os montantes originalmente reconhecidos no patrimônio e subsequentemente classificados para o resultado são reconhecidos na linha correspondente de receita ou despesa na qual o item de hedge relacionado é relatado.

Se o relacionamento de hedge é descontinuado por não mais atender aos requisitos de efetividade, o ganho ou perda reconhecido no patrimônio como uma reclassificação do resultado abrangente acumulado quando os fluxos de caixa que foram protegidos ocorrerem. Se for provável que a transação prevista não irá mais ocorrer conforme a estratégia original, qualquer montante relacionado ao derivativo registrado no patrimônio é imediatamente reconhecido no resultado como uma reclassificação do resultado acumulado abrangente.

f) Devedores Diversos

Os valores classificados em devedores diversos são inicialmente contabilizados ao valor justo, que é o valor para originá-las ou comprá-las, incluindo quaisquer custos de transação e mensurados subsequentemente a custo amortizado utilizando-se o método de taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa de juros de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimado ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro que resulta no montante igual ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a Companhia estima fluxo de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda no valor recuperável, o valor contábil é reduzido. A receita de juros subsequente é reconhecida no valor contábil reduzida a taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de

caixa futuros para fins de mensuração da provisão para devedores duvidosos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

São avaliados periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de um crédito ou um grupo de créditos que estejam deteriorados. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda não temporária, caso exista evidência objetiva de perda, como resultado de um ou mais eventos que ocorrem, após o reconhecimento inicial do ativo (“evento de perda”) e se esse evento (ou eventos) de perda que possa ser confiavelmente estimado.

O critério utilizado para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores)
- Violação de cláusula ou termos de empréstimos;
- Deterioração da posição competitiva do emissor;
- Solicitação de recuperação Judicial;
- Decretação de falência;

Quando um empréstimo é incobrável este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após os empréstimos apresentarem atraso nos pagamentos. As operações de crédito cujos termos foram renegociados não são inadimplentes, mas considerados como novos empréstimos. Em períodos posteriores se os termos renegociados não forem honrados o ativo será considerado como inadimplente.

g) Outros ativos financeiros

Estes ativos são apresentados em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

h) Imobilizado

De acordo com o CPC 27 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas abaixo:

	<u>Taxa anual de depreciação</u>
Imobilizado de uso	
Móveis e equipamentos	10%
Sistema de comunicação	10%
Outros ativos intangíveis	20%

De acordo com o CPC 01 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizados na Demonstração do Resultado. A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos custo de venda pode ser determinado de forma confiável. Não reconhecemos perdas por redução ao valor recuperável em ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração do Resultado na rubrica Outras Receitas ou Despesas não Operacionais.

i) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos que não são classificados a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e, inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. As despesas de juros são apresentadas na Demonstração do Resultado em despesas de juros e rendimentos.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial são reconhecidos a custo amortizado:

- Empréstimos e financiamentos
- Outras obrigações

j) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda são constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10%. As provisões para a contribuição social são constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, à alíquota de 9%. A Companhia adotou o Regime Transitório Tributário (RTT), para cálculo das provisões de imposto de renda e contribuição social, eliminando para fins tributários eventuais ajustes contábeis com o objetivo de padronização da contabilidade brasileira às normas internacionais.

No exercício de 2023 e 2022 a companhia apurou lucro fiscal de IRPJ e contribuição social.

k) Ativos e passivos contingentes

De acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto, quando a Administração da Companhia entende que sua realização é virtualmente certa, e geralmente corresponde às ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração da Companhia e suas controladas, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação.

l) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

Desde 1º de janeiro de 1996 as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas demonstrações contábeis como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal é registrado em conta redutora de Patrimônio Líquido.

m) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da Companhia pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulações. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 “Resultado por Ação”.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Disponibilidades

São representados por disponibilidades em moeda nacional. Os valores estão apresentados abaixo:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	-	7
Depósito Bancário	33	126
Total	<u>33</u>	<u>133</u>

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Circulante

Os Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos foram contabilizados pelo seu valor justo e estão assim representados:

2023			
			Valor de mercado
Títulos disponíveis para a venda:	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
CDB Banco CDI ⁽¹⁾	372	-	372
Cotas de Fundos Imobiliários ⁽²⁾	2.605	-	2.605
Total	2.977	-	2.977

2022			
			Valor de mercado
Títulos disponíveis para a venda:	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
CDB Banco CDI ⁽¹⁾	739	-	739
Cotas de Fundos Imobiliários ⁽²⁾	3.359	-	3.359
Total	4.098	-	4.098

⁽¹⁾ São representadas por aplicações em Certificado de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxa de 100% do CDI em 2023 e 2022.

⁽²⁾ Fundos Imobiliários: 2023 - Cotas: 35.235 - PU: 73,95 - Total: R\$ 2.605 | 2022 - Cotas: 41.737 - PU: 80,49 - Total: R\$ 3.359.

Resultado Financeiro

	2023	2022
Resultado com Títulos de Renda Fixa	251	1.621
Resultado com Fundos de Investimentos	174	3.445
Resultado com Op. De Termos	-	499
	<u>425</u>	<u>5.565</u>

O resultado com instrumentos financeiros derivativos é avaliado à preços de mercado, com base nos ajustes diários obtido pela estrutura a Termo, opções e futuro ptax – Banco Central do Brasil e Cotações em bolsas. Conforme abaixo:

2022									
Operação	Moeda	Operação	Vencimento	Valor em M/E	Taxa Reais	Valor Inicial	Ptx Reais	Vr. Atual	Vr. Líquido
Compra	Dólar	04/04/2022	04/07/2022	850.000	4,7274	4.018	5,3142	4.517	499

5. OUTROS CRÉDITOS

	2023	2022
Impostos e contribuições a compensar	5.684	5.047
Títulos e créditos à receber ⁽¹⁾	-	4.888
Devedores diversos pais	7	44
Total	<u>5.692</u>	<u>9.978</u>

(1) São representadas por mútuos indexados à variação de 120% do CDI com vencimento em até 12 meses.

6. INVESTIMENTOS

a) Composição dos investimentos

Os investimentos em coligadas e controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo os principais dados os seguintes:

2023			
	Participação direta em %	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
No país		415	27
Ourinvest Investimentos - Participações e Empreendimentos	99,99%	394	29
Ourinvest Investimentos Holding Ltda.	99,99%	21	(2)
Total		415	27

2022			
	Participação direta em %	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
No país		375	(166)
Cia. Ourinvest Secur. de Crédito Fin.	99,99%	352	82
Ourinvest Metais - Comercial exportadora	99,99%	23	(248)
Total		375	(166)

7. IMOBILIZADO

				2023	2022
	Valor de custo	Taxa anual depreciação	Depreciação amortização acumulada	Valor contábil	Valor contábil
Imobilizado de uso					
Móveis e equipamentos	400	10%	(111)	289	349
Sistema de comunicação	8	10%	(5)	3	3
Total	408		(116)	292	352

8. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Composição de empréstimos e financiamentos

	2023	2022
Empréstimo no país ⁽¹⁾	-	1
Total	-	1

- (1) Saldo utilizado da conta garantia do Banco Daycoval, em 2022 a Cia não possui empréstimos e financiamentos.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 2023 ocorreu uma redução do capital social de R\$ 17.621 (dezesete milhões, seiscentos e vinte um mil) para R\$ 7.621 (sete milhões, seiscentos e vinte um mil) dividido em 20.680.290 (vinte milhões, seiscentas e oitenta mil, duzentos e noventa) ações, sendo 6.893.430 (seis milhões, oitocentas e noventa e três mil, quatrocentos e trinta) ações ordinárias e 13.786.860 (treze milhões, setecentas e oitenta e seis mil, oitocentos e sessenta) ações preferencias, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 03/05/2023, que reduziu o capital da sociedade, no valor total de R\$ 10.000 (dez milhões de reais), permanecendo com a mesma quantidade de ações.

Em 2022 o capital Social é de R\$ 17.621 (dezesete milhões, seiscentos e vinte um mil), dividido em 20.680.290 (vinte milhões, seiscentas e oitenta mil, duzentos e noventa) ações sendo 6.893.430 (seis milhões, oitocentas e noventa e três mil, quatrocentos e trinta) ações ordinárias, 13.786.860 (treze milhões, setecentas e oitenta e seis mil, oitocentos e sessenta) ações preferencias, conforme ata registrada em assembleia no dia 24/06/22 ocorreu uma redução do capital da sociedade, no valor total de R\$ 40.000 (quarenta milhões), sendo o capital anterior de R\$ 57.621 (cincoenta e sete milhões, seiscentos e vinte e um mil), passando para o atual, permanecendo com a mesma quantidade de ações.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustados de acordo com a legislação.

Em 31 de dezembro de 2023 não houve a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, por conta do valor revertido de reserva especial de lucros de 2022 para dividendos a pagar no montante de R\$ 154 (cento e cinquenta e quatro mil), conforme AGO de 03/05/2023.

Em 31 de dezembro de 2022 houve a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 51 (cinquenta e um mil).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve distribuição de juros sobre o capital próprio.

c) Reserva de Lucros:

Reserva Legal

Do lucro líquido apurado, após eventuais deduções e provisões legais, serão efetuadas as seguintes destinações: 5% do lucro líquido, até que ela atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizado para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2023 foi destinado o valor de R\$ 39 (trinta e nove mil) para reserva legal, em 2022, R\$ 11 (onze mil).

Reserva Especial de Lucros

Em 31 de dezembro de 2023 foi constituído o valor de R\$ 733 (setecentos e trinta e três mil).

Em 03/05/2023 conforme AGO foi destinado a reserva especial de lucros de 2022 no montante de R\$ 154 (cento e cinquenta e quatro mil) para dividendos a pagar. Em 31 de dezembro de 2022 foi constituído o valor de R\$ 155 (cento e cinquenta e cinco mil).

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Composição da apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	973	314
Adições	4	288
Despesas indedutíveis	-	190
Equivalência patrimonial	4	260
Outras adições/(exclusões)	-	(162)
Exclusões	(31)	(94)
Equivalência patrimonial	(31)	(94)
Outras adições/(exclusões)	-	-
Base de cálculo antes compensações	946	508
(-) Compensações	(284)	(152)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	662	356
Imposto de Renda	(141)	(65)
Contribuição Social	(60)	(32)
Total	(201)	(97)

11. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram apresentadas qualquer provisão para demandas judiciais, com base na opinião de seus assessores legais, não possuem contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável passíveis de provisão e/ou com avaliação de risco possível passíveis de divulgação, em conformidade com o pronunciamento do CPC 25.

12. PARTES RELACIONADAS

	2023		2022	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Banco Ourinvest S.A.	-	-	-	499
Total	-	-	-	499

Outras partes relacionadas - pessoal-chave da Administração e seus familiares

A remuneração dos Diretores no exercício totalizou R\$ 134 (2022 - R\$ 513). A Companhia não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.

13. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A administração do gerenciamento de riscos é acompanhada por meio de um processo de identificação, mensuração e monitoramento contínuo, sujeito aos limites de riscos e outros controles.

Os instrumentos financeiros e derivativos são administrados através de estratégias de posições financeiras e de controles de limites de exposição aos mesmos.

A Companhia, sempre conservadora e preocupada em zelar pela reputação do negócio, implanta procedimentos respaldado em sistemas de Controles Internos e Gestão de Controles de Riscos. A gestão de risco é realizada pela Diretoria, apoiada nas políticas da Companhia.

- **Gestão de risco operacional**

A Diretoria da Companhia instituiu a Política de Gerenciamento de Riscos Operacionais, englobando as responsabilidades, os procedimentos e a estrutura dentro da Companhia. O processo resume-se em: i) mapeamento das atividades; ii) identificação dos riscos importantes; iii) definição dos controles chaves; iv) testes periódicos para aferição da adequação dos controles chave; v) definição de plano de ação corretivo para deficiências identificadas; vi) monitoramento da implementação de ações corretivas.

Os planos para contingência estão formalizados pela Diretoria, visando permitir recuperar seus níveis de operação em caso de manifestações de riscos operacionais, tais como, interrupções no fornecimento de energia ou nos sistemas de telecomunicações da rede de captura e processamento da Companhia.

- **Gestão de risco de mercado**

A estrutura e as estratégias para gerenciamento de risco de mercado da Companhia são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) avaliação de riscos nas carteiras e v) novas transações, atividades e operações complexas.

Ativos e passivos, com risco de taxa de juros indexados à variação cambial (US\$) e CDI, são os riscos de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações de mercado, sendo monitorado continuamente pela Diretoria de Gerenciamento Integrado de Riscos. O risco de perdas com o crédito, representado pelas contas de devedores diversos no país é considerada baixa em função de pertencerem às pessoas físicas ligadas ao grupo.

- **Gestão de risco de liquidez**

O risco de liquidez é o risco em que irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sobre condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do grupo. São monitoradas através de fluxo de caixa elaborado pela tesouraria.

São Paulo, 17 de abril de 2024.

SAMUEL JORGE ESTEVES CESTER

DIRETOR

MARCIO FELICIAN BRAVI
CONTADOR CRC SP-291607/O-0